

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo: 2686567220200413094315

Processo 0801420-63.2020.8.23.0010 ☆ - (87 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 10441 - Acidente de Trânsito

Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de:

Ocultar Movimentos:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

☐ Inválidos

☐ Sem Arquivo

☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

Sequencial(Intervalo):

Descrição:

☐ Advogado

☐ Defensor Público

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

Data do Movimento(Período):

ao

à

53 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 53

500 por pág.

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<div></div> 53	13/04/2020 09:43:15	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
		Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE PETIÇÃO DE LAUDO PERICIAL (30/03/2020)	Procurador
<div><div>53.1 Arquivo: Petição</div><div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA</div><div>FILHO</div><div>2687704IMPUGNACAOAOLAUDOPERICIAL01.pdf</div><div>Público</div></div>			
52	07/04/2020 02:34:52	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
		(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 04/05/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 48) JUNTADA DE PETIÇÃO DE LAUDO PERICIAL (30/03/2020) e ao evento de expedição seq. 50.	Procurador
51	31/03/2020 09:45:29	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	DULCEMARY CARDOSO DA SILVA
		(Pelo advogado/curador/defensor de DAVID FREITAS DE ALENCAR) em 04/05/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 48) JUNTADA DE PETIÇÃO DE LAUDO PERICIAL (30/03/2020) e ao evento de expedição seq. 49.	Advogado
50	31/03/2020 08:12:59	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	Kennia Elen de Oliveira Lima
		Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 48) JUNTADA DE PETIÇÃO DE LAUDO PERICIAL (30/03/2020)	Analista Judiciária
49	31/03/2020 08:12:59	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	Kennia Elen de Oliveira Lima
		Para advogados/curador/defensor de DAVID FREITAS DE ALENCAR com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 48) JUNTADA DE PETIÇÃO DE LAUDO PERICIAL (30/03/2020)	Analista Judiciária
<div></div> 48	30/03/2020 19:39:07	JUNTADA DE PETIÇÃO DE LAUDO PERICIAL	MARILIA JULIANA MORENO COELHO BATISTA
			Perita
47	14/03/2020 09:31:20	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	MARILIA JULIANA MORENO COELHO BATISTA
		(Pelo Perito MARILIA JULIANA MORENO COELHO BATISTA) em 16/03/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 43) JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE (04/03/2020) e ao evento de expedição seq. 45.	Perita
46	12/03/2020 00:03:05	DECORRIDO PRAZO DE DAVID FREITAS DE ALENCAR	SISTEMA CNJ
		(P/ advgs. de DAVID FREITAS DE ALENCAR *Referente ao evento (seq. 40) RETORNO DE MANDADO (03/03/2020) e ao evento de expedição seq. 42.	
45	04/03/2020 12:18:37	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	JOSE CLEAN DA SILVA SOUSA
		Para Perito MARILIA JULIANA MORENO COELHO BATISTA com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE (04/03/2020)	Analista Judiciário
44	04/03/2020 11:41:40	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	DULCEMARY CARDOSO DA SILVA
		(Pelo advogado/curador/defensor de DAVID FREITAS DE ALENCAR) em 04/03/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 40) RETORNO DE MANDADO (03/03/2020) e ao evento de expedição seq. 42.	Advogado
<div></div> 43	04/03/2020 11:24:48	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
			Procurador
42	04/03/2020 10:52:41	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	JOSE CLEAN DA SILVA SOUSA
		Para advogados/curador/defensor de DAVID FREITAS DE ALENCAR com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 40) RETORNO DE MANDADO (03/03/2020)	Analista Judiciário
JUNTADA DE COMPROVANTE			



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RJ

Processo: 08014206320208230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **DAVID FREITAS DE ALENCAR**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

A parte autora requereu administrativamente indenização à ré, sendo realizada perícia a qual apurou lesão no membro inferior direito com repercussão leve (25%), efetuando o pagamento no valor de R\$2362,50:

BANCO DO BRASIL		Número: 3190653045		Cidade: Boa Vista	Natureza: Invalidez Permanente
COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA		Vítima: DAVID FREITAS DE ALENCAR		Data do acidente: 18/08/2019	Seguradora: BRASIL VEICULOS CIA DE SEGUROS
FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE					
CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A					
BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2					
DATA DA TRANSFERENCIA: 19/12/2019					
NUMERO DO DOCUMENTO:					
VALOR TOTAL: 2.362,50					
*****TRANSFERIDO PARA:					
CLIENTE: DAVID FREITAS DE ALENCAR					
BANCO: 104					
AGÊNCIA: 00653					
CONTA: 000000038594-7					
Nr. da Autenticação F324AA547F6943F7					

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA				
Data da análise: 13/12/2019				
Valoração do IML: 0				
Perícia médica: Não				
Diagnóstico: FRATURA SUBTROCANTÉRICA DO FÊMUR DIREITO.				
Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (PLACA E PARAFUSOS) E ALTA MÉDICA.				
Seqüelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DOS MOVIMENTOS DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.				
Seqüelas: Com seqüela				
Documento/Motivo:				
Nome do documento faltante:				
Apostamento do Laudo do IML:				
Conduta mantida:				
Quantificação das seqüelas: APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL LEVE DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.				
Documentos complementares:				
Observações: PROCEDIMENTO CIRÚRGICO - PÁGINA 29.				
Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.				
DANOS				
DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau leve - 25 %	17,5%	R\$ 2.362,50
		Total	17,5 %	R\$ 2.362,50

Após o deferimento da produção de perícia judicial médica, foi elaborado laudo pericial apurando as mesmas lesões antes detectadas pela ré em sede administrativa, todavia, agora com repercussão maior.

O ilustre perito afirma que a parte autora possui lesão no membro inferior direito com repercussão intensa (75%), muito acima da repercussão apurada administrativamente

Ressalta-se a discrepância entre as avaliações médicas. Administrativamente, foi apurada lesão no membro inferior direito com repercussão leve (25%) e no presente laudo judicial a lesão com repercussão intensa (75%), uma diferença gradual de 50%.

Desta forma não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Outrossim, na hipótese de condenação, salienta a ré que o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 9 de abril de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR